



Município de Terra de Areia
90256660000120
Rua Tancredo Neves 500,
TERRA DE AREIA / RS - 95535-000
(51)36661285

Requerimento

Processo: 2021/4098
Data de Entrada: 10/08/2021

Assunto: RECURSO
Dígito verificador: 8539

Solicitante: 1024352 - JAMILE MACIEL EIRELI
CPF / CNPJ: 30.247.101/0001-22 Identidade:
Fone Residencial: Fone Comercial: (51)993726933
Fax: Fone Celular: (51)996709243
Email: jamilemacieleireli@gmail.com

Endereço: HERMINIO MARTINS

Bairro: CAPÃO DA AREIA

Cidade: OSORIO

24
Número: Compl.
CASA

CEP: 95520-
000

Estado : RS

Setor Destino: SETOR DE LICITAÇÕES

Descrição: RECURSO REF. TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021, CFE. ANEXO.

N. Termos

P. Deferimento

TERRA DE AREIA, 10 de agosto de 2021

JAMILE MACIEL EIRELI



10/08/2021 14:40
Usuário: Rogerio Fagundes

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PREFEITO MUNICIPAL DE TERRA DE AREIA/RS

Senhor Aluísio Curtinove Teixeira

RECURSO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

Ref: EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 004/2021

SETOR DE LICITAÇÕES

JAMILE MACIEL EIRELI ME, CNPJ Nº 30.247.101/0001-22, vem através deste, através de seu representante legal, apresentar

PEDIDO DE RECURSO QUANTO AO JULGAMENTO DA TP Nº 004/2021

FUNDAMENTOS DO RECURSO

Os princípios que regem as licitações públicas veem insculpidos no art. 37 da Constituição Federal de 1988, bem como no art. 3º da Lei nº 8666/93, com destaque à supremacia do interesse público na BUSCA DA PROPOSTA MAIS VANTAJOSA.

No caso em análise, para que tal objetivo seja alcançado, imperioso superar algumas restrições que maculam o certame, conforme passa a demonstrar.

RECURSO

No presente caso, o edital previu no item V que trata da documentação de **HABILITAÇÃO, CAPACIDADE TÉCNICA**, subitem d) **DECLARAÇÃO DE QUE VISTORIOU O LOCAL DA OBRA**, conforme anexo V.

CONFORME SOLICITADO NO EDITAL EM QUESTÃO, O LOCAL DA OBRA FOI VISTORIADO PELO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, Sr. Guilherme Campos Gonçalves (que possui procuração Pública para tal), juntamente com a proprietária da empresa, Sra. Jamile Maciel e a Engenheira Civil Rosa Maria de Oliveira Dacol, responsável técnica da empresa em questão.

O ANEXO V (modelo em anexo) TERMO DE VISTORIA, é emitido pelo Município após a vistoria.

O referido Termo de Vistoria foi assinado pelo representante legal da empresa perante o engenheiro responsável técnico do município, o qual ficou com uma cópia em seu poder.

O REFERIDO ENGENHEIRO CIVIL, responsável pelo município é FUNCIONÁRIO PÚBLICO, TENDO FÉ PÚBLICA, que no momento da emissão assina o termo juntamente com o representante legal da empresa. Os atos públicos (sejam eles atos administrativos, legislativos, jurisdicionais ou registrais) possuem Fé Pública e por tal, somente os agentes públicos, político, servidor público, empregado público ou terceiro em colaboração com o poder público, exercem a FÉ PÚBLICA.

isto é. A AUTENTICIDADE DA ASSINATURA DO REPRESENTANTE LEGAL DA EMPRESA, SE DÁ NO MOMENTO DA EMISSÃO DO REFERIDO TERMO, pelo Engenheiro que emite o mesmo.

Salientamos que o TERMO DE VISTORIA com as devidas assinaturas, AO CHEGAR AS MÃOS DA COMISSÃO DE LICITAÇÕES JÁ ESTÁ AVALIZADO PELO ENGENHEIRO QUE EMITIU O MESMO.

O documento de Registro comprovando a assinatura apresentada não é solicitado no EDITAL, pois a mesma (assinatura) já foi comprovada sua autenticidade na emissão do TERMO DE VISITA.

Por outro lado, se formos levar em consideração que a assinatura do representante legal não tem comprovação, entramos numa contradição.

Teríamos que ter a comprovação da assinatura do proprietário da empresa, do contador, da engenheira civil responsável. Pois todos assinam documentos solicitados no edital e não é solicitado a comprovação das suas assinaturas.

Então eu pergunto: "Porque é necessário comprovar a autenticidade da assinatura de um e de outros não?"

A Lei de Licitações, em seu Art. 3º, ao dispor sobre o edital e objeto licitado, previu expressamente que:

Art.3º - A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da **isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração** e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são corretos. (Redação dada pela Lei nº 12.349 de 2010).

§ 1º É vedado aos agentes públicos:

I – admitir, prever, incluir ou tolerar, nos atos de convocação, **cláusulas ou condições que comprometam, restrinjam ou frustrem o seu caráter competitivo**, inclusive nos casos de sociedade cooperativas, e estabeleçam preferências ou distinções em razão da naturalidade, da sede ou domicílio dos licitantes **ou de qualquer outra circunstância impertinente ou irrelevante para o exercício objeto do contrato**, ressalvado o disposto nos parágrafos 5º e 12 deste artigo e no art. 3º da Lei nº 8.248, de 23 de outubro de 1991; (Redação dada pela Lei nº 12.349, de 2010)

Portanto, qualquer exigência que não disponha de motivação técnica /jurídica suficiente a justificar a restrição, torna-se ilegal e abusiva.

CONCLUSÃO:

Concluimos enfim, que a empresa JAMILE MACIEL EIRELI, ESTÁ APTA A SEGUIR NO CERTAME.

Para tanto, pedimos DEFERIMENTO de nossa solicitação.

Sendo o que tínhamos para o momento.

Osório, 09 DE AGOSTO DE 2021.



JAMILE MACIEL EIRELI ME

CNPJ Nº 30.247.101/0001-22

CNPJ 30 247 101/0001-22
Jamil Maciel EIRELI - ME
Rua Hermínio Martins, 24
Capão da Areia - CEP 95520-000
Osório/RS.